



Articule

2022

Relatório Anual de Atividades



SUMÁRIO

Articule	03
Gaepe-Brasil	16
Gaepe-RO	25
Gaepe-GO	31
Caepe-MS	36
Gaepe Arquipelágo do Marajó	40
Gaepe-Mogi	44
Gaepe-MT	49

Sobre o Instituto Articule

Espaços de diálogo e articulação
para redução da desigualdade

O propósito do Instituto Articule é promover avanços na área social, especialmente para as pessoas que mais precisam. Sua atuação é focada em criar instâncias de diálogo e pactuação que unem os representantes dos governos aos órgãos dos Sistemas de Justiça e de Controle Externo, ao Poder Legislativo e à sociedade civil para que atuem de forma integrada e com maior segurança jurídica na construção de respostas mais eficazes e ágeis aos desafios da garantia de direitos. Utilizando-se de metodologia inovadora, o Articule tem feito diferença ao induzir a melhoria nas políticas públicas, em especial com o propósito de contribuir para a redução das desigualdades sociais.

Mantenedores e parceiros

Apoio Financeiro



Apoio Técnico



Convênios





“ O Articule surpreendeu em 2022 pelo crescimento das suas ações e do seu impacto, mesmo com orçamento ainda muito modesto. Com maior apoio financeiro, o Instituto poderá fazer ainda mais a diferença pela garantia dos direitos sociais no Brasil. ”

Priscila Cruz, presidente do Conselho de Governança



“ Pudemos constatar a relevância do Articule para a articulação interinstitucional por duas razões: a procura de atores de territórios onde ainda não atuamos, para conhecerem nossa metodologia de trabalho com os Gaepes e o reconhecimento da nossa expertise técnica sobre garantia do direito à educação, retratada pelo aumento da nossa exposição na mídia e pelos diversos convites para eventos e diálogos sobre o tema. ”

Alessandra Gotti, presidente executiva



O Articule em 2022: Consolidação como referência na promoção da articulação interinstitucional no País

O ano de 2022 começou com muitas incertezas no Brasil e no mundo. A pandemia da Covid-19 estaria mesmo chegando ao fim e, com isso, as medidas de distanciamento social?

Como seria a retomada dos serviços essenciais, em especial da Educação, depois de quase dois anos com alunos e professores afastados das escolas? De acordo com **levantamento do Articule**, em sete estados do País a reabertura das escolas ainda estava indefinida em dezembro de 2021.

No Instituto Articule tínhamos uma certeza: embora houvesse um cenário de redução do contágio, qualquer que fosse o rumo da pandemia, era necessário um movimento de **retomada das aulas presenciais**, pois os danos causados a toda a comunidade escolar já eram inestimáveis. Tal visão foi respaldada por evidências nacionais e internacionais e pelo diálogo constante com as diversas entidades integrantes dos Gabinetes de Articulação pela Efetividade da Política da Educação, os Gaepes.



Idealizados e coordenados pelo Instituto Articule, os Gaepes são fruto de acordo de cooperação com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), firmado em 2019. Atualmente existem no Brasil sete gabinetes, como se pode observar no mapa ao lado.



Esse posicionamento tomado não apenas pelo Articule, mas por tantas outras entidades que defendem o direito à Educação foi essencial para dar maior força às decisões tomadas no âmbito dos Gaepes relacionadas ao retorno às aulas presenciais, tais como: **a definição do calendário escolar, o fomento às políticas de busca ativa e de recomposição recuperação de aprendizagem, e também à articulação pelo incremento das políticas de conectividade** - fator que tem grande importância para as escolas mesmo com o fim das aulas remotas.

O trabalho de fortalecimento dos Gaepes em 2021 rendeu frutos para além dos estados onde foram instalados. Em 2022, duas novas Governanças foram criadas, inspiradas pelas experiências exitosas já existentes. O **Gaepe-Arquipélago do Marajó**, focado na melhoria da educação em 17 municípios da região marajoara do Pará que estão entre os com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, foi lançado em junho. Já em outubro, instalou-se o **Gaepe-MT**.

Atento ao cenário nacional, o Instituto Articule procurou contribuir com o debate público em temas com impacto direto sobre o direito à educação. A presidente-executiva do Instituto participou da Audiência Pública da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado Federal, presidida pelo Senador Flávio Arns, para falar sobre a necessidade de um plano nacional de recomposição de aprendizagem para superar os prejuízos educacionais gerados pela pandemia da Covid-19.

Nos posicionamos sobre a educação domiciliar, ou **homeschooling**, quando a pauta era ventilada como solução para os desafios da convivência social e plural nas escolas. E defendemos ampla e fortemente a manutenção do **direito à Educação Infantil** quando o questionamento sobre a obrigatoriedade do poder público entrou na pauta do Supremo Tribunal Federal.

Relativamente ao direito das crianças de 0 a 3 anos frequentarem creches, e daquelas de 4 e 5 anos estarem na Pré-Escola, fomos além da defesa do direito e **apresentamos evidências** de como as

decisões do Sistema de Justiça podem ser promotoras de maior efetividade nas políticas de expansão e melhoria da qualidade nessa etapa educacional. O assunto se tornou um ponto exclusivo de debate no Gaepe-Brasil e as reflexões e propostas ali apresentadas sinalizam o potencial de avanço na articulação pela expansão e melhoria da qualidade da educação infantil no país.

O Instituto Articule participou de projeto da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), que é considerado o maior organismo de cooperação multilateral entre países ibero-americanos de língua espanhola e portuguesa. O projeto, denominado “Governança da Educação”, teve por objetivo elaborar três livros de caráter suprapartidário, com indicações e recomendações de medidas prioritárias para a equalização de oportunidades educacionais e a garantia do padrão mínimo de qualidade do ensino no Brasil, com foco na dimensão da Governança. O Conselheiro Ismar Cruz contribuiu com o artigo denominado “Governança multinível: o Sistema Nacional de Educação e outros mecanismos de articulação interinstitucional”, em que destaca a experiência dos Gaepes. O artigo foi apresentado, ainda, no evento “Diálogos sobre a Educação”, promovido pela própria OEI com o objetivo de divulgar resultados alcançados pelo projeto.

O Instituto participou, ainda, de evento da Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação, iniciativa suprapartidária, sem fins lucrativos, que representa um espaço de articulação entre as iniciativas de colaboração intermunicipal (Consórcios Intermunicipais, Arranjos de Desenvolvimento da Educação – ADE, Associações de Municípios, entre outros), parceiros e órgãos governamentais, que atuam no fortalecimento dos territórios e do regime de colaboração na educação.

Nossa participação no evento, realizado pela instituição Itaú Social e denominado 2º Encontro de Boas Práticas de 2022, se deu com apresentação sobre o tema Contratações Conjuntas, boa prática de gestão para as redes municipais de um território, que unificam seus processos de contratação de bens ou serviços para a educação, o que costuma gerar grande economia de recursos.



Os Gaepes na visão de quem participa



Cezar Miola
Presidente da Atricon e
Conselheiro do TCE/RS

“O Gaepe Brasil representa uma inovação que dialoga com o regime federativo e com o artigo 205 da Constituição, o qual define a responsabilidade conjunta do Estado, da família e da sociedade no tocante à educação. Já trouxe importantes contribuições em questões verdadeiramente essenciais para essa política pública. Suas manifestações e os debates democráticos que promove oferecem subsídios marcados pela qualidade técnica e pelo compromisso com a concretização do direito fundamental à educação.

No âmbito do Sistema Tribunais de Contas temos estimulado a adoção de espaços dialógicos, enfatizando a prevenção e a solução consensual de controvérsias. E a cooperação, a indução quanto às boas práticas, o compartilhamento de experiências e de saberes propiciados pelo Gaepe na seara educacional também se harmonizam com o exercício do controle externo, que tem por foco, para além da legalidade, os princípios da eficiência, da eficácia e da efetividade.”



Paulo Curi
Conselheiro-Presidente do
TCE/RO

“As reuniões do Gaepe têm sido extremamente produtivas. Elas são planejadas, com metas de resultados definidas, competentemente mediadas pelo Instituto Articule e sempre com encaminhamentos e decisões tomadas de forma horizontal e muito democrática.”



Patrícia Helen Gomes dos Santos
Secretária de Educação de Mogi
das Cruzes/SP

“Queria deixar registrado o nosso agradecimento à parceria, à interação e ao robusto conhecimento gerado pelos debates, discussões e busca de políticas públicas coesas, coerentes e eficazes. Passamos um período desafiador na pandemia e agora pós-pandemia, é latente a necessidade do olhar e das ações coletivas em prol de nossas crianças, priorizar, resgatar, aprimorar e ampliar as aprendizagens e o ensino tem sido a bússola do Gaepe Mogi para a garantia e manutenção de Educação com qualidade.”





Cezar Collares
Conselheiro do TCM/PA

“Preocupado com os resultados da educação municipal no arquipélago do Marajó, o TCM/PA resolveu realizar um levantamento na educação dos 17 municípios marajoaras. Constatamos baixíssimos resultados na aprendizagem escolar, com alto nível de alunos que não estão minimamente alfabetizados, e vários outros problemas na educação desses alunos.

Mas com o resultado do diagnóstico, surgiu a maior preocupação: o quê e como fazer?

Inspirados no aconselhamento do Presidente da Atricon, Conselheiro Cezar Miola, nos reunimos com o Instituto Articule e decidimos pela criação do Gaepe Arquipélago do Marajó, em junho/2022. A Governança hoje conta com mais de 40 entidades participantes, incluindo todos os municípios, o TCM/PA, o Ministério Público, as Universidades Federal e Estadual, o MEC, o FNDE, a UNDIME e a UNCME, e várias entidades locais e nacionais, coordenado pelo Instituto Articule e pelo TCM/PA.

Com pouco mais de seis meses de funcionamento, vários resultados foram alcançados, vários problemas foram superados, o que nos mostra que o caminho para melhorar a Educação é o trabalho integrado, colaborativo e resolutivo. Portanto, para nós, esta fórmula tem nome: Gaepe.”



Cecília Motta
Secretária de Estado de Educação
do Mato Grosso do Sul

“O CAEPE/MS, por ser uma instância de discussão das questões educacionais e de articulação entre diferentes instituições, possibilita uma visão mais ampla das propostas que podem ser assumidas pela Secretaria de Estado de Educação, dando segurança ao gestor da pasta na tomada de decisões.

Com o CAEPE, as instituições que o compõem puderam conhecer mais profundamente as políticas da educação, discutir temas relevantes e propor estratégias para que a educação avance e obtenha êxito na aprendizagem dos estudantes.

O CAEPE se constitui num diferencial de articulação, colaboração e definição de propostas para a educação sul mato-grossense.”





Fabrício Motta
Conselheiro do TCM/GO)

“O Gaepe nasceu como uma instância vocacionada à junção de esforços para minimizar os efeitos da pandemia na educação. As muitas ações e conquistas tornaram clara a importância de torná-lo um fórum permanente de articulação, voltado à construção de consensos para superar os diversos obstáculos para o oferecimento de uma educação pública de qualidade. Há, entre todos os participantes do Gaepe-GO, a nítida percepção da necessidade de diálogo, planejamento e ações coletivas para construir um ambiente propício ao florescimento da educação como desenhada pela Constituição Federal.”

Foto: Tony Ribeiro/TCE-MT



Antonio Joaquim
Conselheiro TCE/MT

“O Gaepe- MT foi instalado, no dia 24 de outubro de 2022, com o objetivo principal de fomentar o diálogo e articulação entre as instituições públicas e a sociedade civil por meio da colaboração mútua, visando a formação de consensos mínimos para que a tomada de decisão na educação em Mato Grosso seja eficaz, célere e com segurança jurídica.

O foco é dar efetividade às políticas de educação por meio do trabalho técnico e coordenado de todas as instituições que compõem o gabinete. É de suma importância que este diálogo ocorra e que essa aproximação se dê de forma efetiva. Pois, não cabe ao controle externo escolher políticas públicas, mas, uma vez escolhidas, esse grupo vai acompanhar sua execução, a sua executoriedade, para garantir a sua efetividade. É hora de trabalharmos juntos para recuperar o tempo que nossas crianças perderam. A educação de qualidade deve ser prioridade absoluta na gestão pública brasileira.”



Fortalecimento Institucional

Além da expansão da sua atuação em mais unidades da federação, por meio dos Gaepes, em 2022, **ano em que completou cinco anos de existência**, o Instituto Articule seguiu em sua trajetória de fortalecimento institucional, com crescimento da equipe de parceiros colaboradores e com maior volume de recursos captados junto aos apoiadores.

Ampliamos parcerias para a produção de conteúdo técnico e reforçamos a equipe encarregada da gestão financeira.

A comunicação do Instituto também foi aprimorada, com diretrizes mais estratégicas que se refletiram no **crescimento de 20% dos acessos ao nosso site** em relação a 2021.

Nas redes sociais, o foco foi o Instagram, rede que tem melhores indicadores de engajamento orgânico e maior presença das organizações parceiras. O LinkedIn também é uma rede que favorece ao Articule, com bom desempenho de alcance das mensagens e ambiente propício à divulgação de ações de instituições que tem como propósito causas sociais.

A captação de recursos junto a parceiros e a celebração de contratos para coordenação e mediação das atividades dos Gaepes foram fundamentais para que o Instituto atingisse os seus objetivos com sustentabilidade financeira.

A COMUNICAÇÃO EM NÚMEROS	2021	2022
Acessos ao site	7033	8454
Alcance do perfil no Instagram	711	1.823
Alcance do perfil no LinkedIn	-	11.053
Menções na imprensa	-	106



Conselho de Governança

■ Priscila Fonseca da Cruz

Presidente do Conselho de Governança

Cofundadora e Presidente-Executiva do movimento Todos pela Educação. Mestre em Administração Pública pela Harvard Kennedy School of Government. Atuou nas áreas de comunicação e planejamento em consultorias de estratégia. Recebeu o Prêmio Jovem Liderança na Educação (Grupo Estado) e o Prêmio Darcy Ribeiro (Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados), ambos em 2012. Presidente do Conselho de Governança do Instituto Articule.

■ Ana Claudia Pires Teixeira

Advogada. Especialista em Direito Processual Civil (COGEAE/PUC-SP). Membro do Comitê de Assessoramento à Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo. Integrante da Célula de Soluções Estratégicas do Grupo de Administração Legal do Conselho Regional de Administração (GEAL/CRA-SP).

■ Antonio Carlos Ozorio Nunes

Foi Professor, Coordenador Pedagógico e Chefe de Gabinete da Secretaria Estadual de Educação – SP. Foi Promotor de Justiça do Estado de São Paulo. Participou pela ONU, como Promotor Internacional, em 2005/2006, do programa “Apoio e Fortalecimento da Justiça de Timor Leste”, em Timor Leste. Atualmente é Especial Observer da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Honduras. É Mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP.

■ Carlos Alberto Cruz Filho

Diretor de Relações Governamentais

Presidente da Associação Paulista de Municípios – APM, fundada em 1948, Conselheiro do COSEMA – Conselho Superior do Meio Ambiente da FIESP. Foi vereador, Presidente da Câmara Municipal e Vice-Prefeito de Campinas. Advogado formado pela PUC-CAMPINAS. Foi Presidente da UVESP – União Dos Vereadores Do Estado De São Paulo, atuando em diversas empresas como Listas Telefônicas Brasileiras, Comasp, Banco Mercantil De SP, Eletropaulo, Emtu, Banco De Negocios E Participações Ltda e. Sanasa.

■ Elias Marques de Medeiros Neto

Diretor Executivo Jurídico da Rumo SA – Grupo Cosan. Diretor Jurídico da Cosan de 2009-2019. Pós Doutorado em Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Pós Doutorado em Democracia e Direitos Humanos, com foco em Direito Processual Civil, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra/lus Gentium Conimbrigae. Pós Doutorado em Direitos Sociais, com foco em Direito Processual Civil, na Faculdade de Direito da Universidade de Salamanca. Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Coordenador da célula de GEAL-DEJUR do CRASP. Membro do Conselho de Governança e Científico do Articule.

■ Fernando Corrêa

Diretor técnico da Associação Brasileira de Jurimetria. Graduado em Estatística pela Universidade de São Paulo. Co-fundador e professor do Curso-R.



■ **Flavia Piovesan**

Representante brasileira na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (mandato 2018/2021). Mestre e doutora em Direito pela PUC-SP. Professora da PUC-SP. Foi Secretária Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça (2016-2017). Visiting fellow da Harvard University (2018). Autora de diversas obras de referência na área de Direitos Humanos e Direito Constitucional.

■ **Gustavo Andrey de Almeida Lopes Fernandes**

Professor assistente do Departamento de Gestão Pública da EAESP-FGV. Assessor Técnico do TCE-SP. Doutor em economia pela Universidade de São Paulo e Pós-Doutor pela Harvard University e pelo King's College London. Foi Diretor da Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (2008/2009). Pesquisador na área de políticas públicas.

■ **Ismar Barbosa Cruz (licenciado)**

Consultor; advogado; ex-Auditor Federal de Controle Externo e ex-Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União de diversas áreas, como Educação, Ciência & Tecnologia, Saúde, Cultura, Esporte e Desenvolvimento Regional; MBA em Controle Externo; com 38 anos de experiência em controle e auditoria; palestrante em eventos nacionais e internacionais nas áreas de governança, gestão de riscos, auditoria, controle interno e controle externo, bem como das políticas públicas de educação, saúde e assistência social.

■ **José Eduardo Ciotola Gussem**

■ Promotor de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com experiência no interior e na capital. Atuou por 15 anos em Comarcas de Juízo único, no Tribunal do Júri e em Promotoria de Justiça de Execução Penal. Exerceu, por 11 anos, cargos na administração, sendo coordenador de Movimentação de Primeiro Grau, Secretário-Geral do Ministério Público, presidente da Associação dos Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Amperj), subprocurador-geral de Administração e subprocurador-geral de Planejamento. Exerce desde janeiro de 2017 a função de procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

■ **José Mário de Paula Ribeiro Júnior**

Presidente do Check Express Group. Empresário.

■ **Júlio Trecenti**

Secretário Executivo da Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ). Co-fundador do Curso-R. Foi presidente do Conselho Regional de Estatística (CONRE-3) entre 2018 e 2019. Diretor técnico do Instituto Articule. Doutorando em Estatística pela Universidade de São Paulo. Mestre e bacharel em Estatística pela Universidade de São Paulo

■ **Marcelo Fortes Barbieri**

Administrador formado pela FGV/SP e em Economia na USP-SP Vice-Presidente da Associação Paulista de Municípios – APM, fundada em 1948. Foi Deputado Federal por três legislaturas, Prefeito de Araquara por duas gestões. Em 2018 foi nomeado Secretário Nacional de Relações Institucionais da Secretaria de Governo da Presidência da República e assumiu a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo da Presidência da República

■ **Maria Lucia Meirelles Reis**

Diretora Administrativo-financeira do Instituto Todos pela Educação. Fundadora do Centro de Voluntariado de São Paulo. Membro do Faça Parte, do Instituto Brasil Voluntário.

■ **Maria Paula Dallari Bucci**

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Doutora e livre-docente pela mesma instituição. Foi Secretária de Educação Superior (2008-10) e Consultora Jurídica (2005-08) do Ministério da Educação. Foi Superintendente Jurídica e Procuradora Geral (2014-18) da Universidade de São Paulo. Autora de Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas (Saraiva, 2013, Prêmio Jabuti 2014), entre outras obras.



■ **Marise de Sá De Luca**

Graduada em Matemática com Especialização em Sistemas de Informação e Pós-graduação em Administração Geral. Consultora de empresas multinacionais na área de Tecnologia de Informação e Comunicação, Conselheira de Administração associada ao IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – e Coach (Executivo, Pessoal e de Carreira) certificada pelo ICI – Integrated Coaching Institute. Com atuação profissional, sobretudo na área de Tecnologia de Informação e Comunicação, em empresas nacionais e multinacionais no Brasil e América Latina, ocupou posições de Vice-Presidente e foi membro de Conselhos de Diversidade e Inclusão.

■ **Mozart Neves Ramos**

Diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna. Foi Presidente Executivo do Todos pela Educação (2007-2010) e membro do Conselho Nacional de Educação (2005-2014). Foi Secretário de Educação de Pernambuco (2003-2006). Autor de diversas obras de referência na área de Educação. Eleito em 2008, pela Revista Época, como uma das “Cem Personalidades Mais Influentes do Brasil”.

■ **Nina Beatriz Stocco Ranieri**

Coordenadora da Cátedra UNESCO de Direito à Educação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Integrante da Academia Paulista de Educação (Cadeira nº 16). Sócia efetiva do Movimento todos pela Educação. Professora Associada da FD/USP. Doutora e Livre-Docente em Direito do Estado pela FD/USP. Foi Procuradora (1985/2010) e Secretária Geral (2003/2005) da Universidade de São Paulo. Foi Assistente Especial do Governador do Estado de São Paulo, Secretária Adjunta da Secretaria Estadual de Ensino Superior (2007/2010) e Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (2010/2012).

■ **Paulo Sérgio Domingues**

Ministro Superior Tribunal de Justiça. Foi Desembargador no TRF-3 e Presidente da Comissão de Informática e Coordenador do Comitê Gestor, ambos do TRF-3. Professor de Processo Civil na Faculdade de Direito de Sorocaba. Mestre em Direito pela Universidade de Frankfurt. Foi presidente da AJUFE (junho/2002 a junho/2004).

■ **Patricia Ulson Pizarro Werner**

Procuradora do Estado Chefe Substituta, lotada na Consultoria Jurídica da Secretária de Saúde. Mestre e Doutora em Direito pela PUC-SP.

■ **Roberta Muniz Codignoto**

Executiva Jurídica e de Compliance com mais de 20 anos de experiência, palestrante e professora, participa de iniciativas voluntárias no combate à corrupção. Ocupa a posição “top 3” no ranking dos Advogados Mais Admirados do Brasil na área de Compliance, publicação Análise 2019 Advocacia500. Eleita pelo 2º ano consecutivo entre os Executivos Jurídicos Mais Admirados do Brasil, publicação anuário Análise Executivos Jurídicos e Financeiros. Coordenadora da Célula GEAL-DEJUR do CRASP. Membro do Conselho de Governança do Articule.

■ **Rogério Góes**

Montanhista, Empreendedor, Empresário e Palestrante. Formação em Administração EAESP-FGV e Direito PUC-SP. Conselheiro do Conselho Regional de Administração de São Paulo e Coordenador do Comitê de Ética do CRASP. Fundador, Conselheiro e Diretor de Relações Institucionais do Instituto Articule. Membro do Comitê Estadual de Saúde de São Paulo. Interlocutor de Parcerias CRASP-TJSP, CRASP-APM e CNJ-ARTICULE.



Samuel Alves de Melo Junior

Desembargador Aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Presidente da Seção de Direito Público do TJ-SP no Biênio 2012/2013. Sócio do escritório Marçal Alves de Melo Advogados Associados.

Thamara Cunha Medeiros

Professora, consultora e pesquisadora. Professora de Direito Penal na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutora em Direito Penal e Política Criminal pela Universidade de Granada, Espanha. Ex- Diretora Técnica do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Tem experiência no desenvolvimento e execução de projetos e pesquisas empíricas aplicadas com as Nações Unidas e na elaboração de políticas públicas em direitos humanos, justiça criminal, prevenção do crime, crime organizado, migração, tráfico de pessoas e tecnologia aplicadas ao direito.

Tito Hesketh

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Juiz de Direito do Antigo 1º Tribunal de Alçada Civil (1º TAC). Autor de pareceres, monografias e artigos jurídicos. Sócio fundador do Hesketh Advogados.

Vanderci Álvares

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ingressou na Magistratura em 1978, atuando nas Comarcas de Avaré-SP, Palmeira D'Oeste, Pindamonhangaba, Espírito Santo do Pinhal e na Capital Paulista. Em 2013 passou a integrar o Órgão Especial do TJSP até 2015, quando se aposentou. Participa do Instituto Vertus de Mediação, além de se dedicar advocacia como sócio do escritório Decoussau Tilkian Advogados.

Equipe Article



Alessandra Gotti
Presidente-executiva



Rogério Góes
Gestão financeira e planejamento



Ismar Barbosa Cruz
Conselheiro licenciado



Bárbara Benatti
Ass. de Comunicação e Relações Públicas



Arthur Balbani
Assessor de Projetos



Mariana Vilella
Produção de conteúdo técnico



Alessandra Fujinaga
Administrativo-financeiro



Legal Leads
Comunicação Digital





RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022



ASSOCIAÇÃO DOS
MEMBROS DOS TRIBUNAIS
DE CONTAS DO BRASIL



Instituto
Rui Barbosa
A Casa do Fortalecimento do Tribunal de Contas



Article



Sobre o Gaepe-Brasil

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe-Brasil), é uma instância de diálogo e cooperação entre atores do setor público e da sociedade civil envolvidos na garantia do direito à Educação. Seu objetivo é fomentar a interlocução horizontal entre essas instituições de forma que possam ser propostas ações articuladas e pactuadas para a garantia de questões nacionais ligadas ao direito à Educação.

Idealizado e coordenado pelo Instituto Articule, o Gaepe-Brasil, assim como todos os demais Gaepes existentes no país, é operacionalizado em parceria com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB).

Em novembro de 2021, a Governança elaborou um documento, chamado **Pacto Nacional pela Educação**, para formalizar o compromisso institucional das entidades membros do fórum, de forma que fosse garantida sua institucionalidade e sustentabilidade, mesmo quando em caso de substituição de seus dirigentes.

Com a consolidação da metodologia e da participação dos atores, hoje a instância é capaz de encaminhar questões estruturais à educação, em constante diálogo com as organizações que atuam nesse segmento em âmbito nacional nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com os órgãos dos Sistemas de Justiça e de Controle Externo, e com a sociedade civil.



Quem participa do Gaepe-Brasil

ENTIDADES SIGNATÁRIAS DO PACTO NACIONAL PELA EDUCAÇÃO

- » Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- » Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON)
- » Colégio Nacional das Defensoras Públicas e Defensores Públicos Gerais (Condege)
- » Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)
- » Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
- » Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC)
- » Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPJG)
- » Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede)
- » Instituto Articule
- » Instituto Rui Barbosa (IRB)
- » União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme)
- » União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

ENTIDADES CONVIDADAS

Além das entidades que aderiram ao compromisso formal com o Gaepe-Brasil por meio do Pacto Nacional pela Educação, outras instituições também foram convidadas a participar da Governança – algumas delas contam com membros que participam ordinariamente das reuniões:

- » Confederação Nacional dos Municípios (CNM)
- » Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça
- » Comissão da Educação de Câmara dos Deputados;
- » Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal
- » Conselho Nacional de Educação (CNE)
- » Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED)

ENTIDADES QUE PARTICIPARAM COM PAUTAS ESPECÍFICAS

Além dessas instituições, participaram de reuniões com pautas específicas: o Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Fundação Lemann, o Instituto Natura, o Vozes da Educação, o Movimento pela Base, o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE) e a especialista Maria Helena Guimarães de Castro, que apresentou estudos realizados no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE).



2022 em números

11 reuniões

06 Manifestações

08 Temas de destaque

1. Retorno às aulas presenciais e protocolos sanitários.
2. Conectividade das escolas públicas.
3. Recomposição e Recuperação de Aprendizagem e Busca Ativa Escolar.
4. Impacto da redução da alíquota do ICMS-Combustíveis na Educação
5. Complementação do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) no novo Fundeb.
6. Reajuste do piso salarial do magistério.
7. Futuro das avaliações de larga escala.
8. Recomendações sobre temas urgentes da Educação à equipe de transição.

Comunicação

- » 7 matérias publicadas na imprensa.
- » 4 Artigos nos portais dos membros da Governança.

Gaepe-Brasil em 2022: debates conectados aos desafios nacionais da Educação

Uma das características que tornam as ações do Gaepe-Brasil impactantes na política educacional brasileira é sua capacidade de articular rapidamente os seus integrantes em torno de desafios reais iminentes. Isso permitiu que a Governança atuasse, em 2022, sobre temas muito ligados ao cotidiano das redes de ensino, como a volta às aulas, e também em questões amplas de política nacional, como o futuro das avaliações de larga escala ou a aplicabilidade da nova regulamentação do Fundeb.

O **retorno às aulas presenciais**, foi um dos primeiros temas trabalhados pela Governança em 2022. O Gaepe-Brasil, em continuidade às ações que desenvolveu ao longo de 2021, mobilizou uma série de atores visando à retomada ao regime presencial, de forma célere, segura e informada nos locais que ainda permaneciam no ensino remoto. A Governança ouviu especialistas e analisou estudos sobre os efeitos do afastamento escolar diante dos riscos da reabertura das escolas em razão da nova onda de Covid-19, no início de 2022. A conclusão foi que o retorno às aulas presenciais, com protocolos de segurança adequados, era fundamental para evitar impactos ainda maiores e mais graves na aprendizagem, no campo social e na saúde emocional e mental dos estudantes, o que foi objeto da [Manifestação 01/2022](#). Considerando este mesmo contexto, o Gaepe-Brasil também provocou o Ministério da Saúde, por meio da Manifestação 02/2022, quanto à disponibilização, pelo Governo Federal, de “testes rápidos antígeno Covid-19” às redes escolares estaduais e municipais.



O tema da **conectividade das escolas públicas** brasileiras também foi pauta da Governança em 2022. Este é um tema tanto relacionado ao período de pandemia como estruturante à Educação Brasileira. Por isso, o Gaepe-Brasil manteve a mobilização em torno das repercussões da Lei 14.172/2021 (Lei da Conectividade), cuja aplicabilidade esteve envolta em muitas dúvidas e dificuldades dos gestores públicos nas redes de ensino.

O Gaepe-Brasil atuou como um dos fóruns para levantamento e sistematização desses desafios à efetivação da Lei. Como decorrência dessa escuta estratégica, a principal ação foi um pedido de ampliação do prazo para utilização dos recursos repassados aos Estados e ao Distrito Federal, da ordem de R\$ 3,5 bilhões. Nesse sentido, foi emitida a [Manifestação 03/2022](#), anexada aos autos de processo então em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), sob a relatoria do **Ministro Dias Toffoli**, com quem os membros da Governança se reuniram e que, posteriormente, acatou a demanda

pelo aumento de prazo para utilização dos recursos, mencionando em sua decisão a Manifestação do Gaepe-Brasil.

A preocupação da Governança com conectividade se liga diretamente ao direito de aprendizagem dos estudantes, pauta que foi amplamente discutida no Gaepe-Brasil.

A **recuperação e recomposição da aprendizagem e a Busca Ativa Escolar** das alunas e alunos após o longo período de afastamento das escolas foram temas trabalhados em diversas reuniões, também em continuidade às ações de 2021. Em posicionamento divulgado por meio da [Manifestação 04/2022](#), o Gaepe-Brasil recomendou que gestores educacionais atentassem para a implementação de ações de Busca Ativa Escolar e de políticas de recomposição e recuperação de aprendizagens.

A Governança sugeriu às redes de ensino o uso, sempre que possível, da plataforma [Busca Ativa Escolar](#), parceria do Unicef com a sociedade civil.

O Gaepe-Brasil também chamou atenção para a importância de que, nas ações de recomposição de aprendizagem, fosse contemplado o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira, tal como a aplicação da Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, de forma a contribuir com a permanência escolar de adolescentes e jovens mais vulneráveis ao abandono escolar.

Além disso, o tema foi retomado ao final de 2022 tendo em vista a divulgação dos resultados das avaliações educacionais de 2021. O Gaepe-Brasil se manifestou para que as redes de ensino interpretassem com cautela os resultados do Saeb Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), do ano de 2021, e do Ideb Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), do ano de 2021, evitando-se análises



[Sobre o Gaepe-Brasil](#) [Integrantes](#) [Manifestações](#) [Notícias](#) [Contato](#)

março 10, 2022

GAEPE-BRASIL DIVULGA NOTA TÉCNICA COM MEDIDAS PARA MANTER AULAS PRESENCIAIS E FAZ CONSULTA AO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete composto por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e da sociedade civil, demandam compromisso dos gestores com a retomada presencial das atividades escolares e pedem ao Ministério da Saúde informações sobre disponibilização de testes rápidos para as redes de ensino.



comparativas entre redes ou entre escolas, utilizando os dados de forma complementar a outros indicadores e evitando que os resultados fossem utilizados para inibir ou prejudicar as imprescindíveis políticas de recomposição e recuperação de aprendizagem em curso. O tema foi objeto da [Manifestação 6/2022](#).

Conectada aos desafios da gestão educacional, a Governança discutiu também os desafios impostos ao orçamento da Educação devido às **novas regras do ICMS** (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação), para a diminuição do valor da gasolina, entre outros produtos. Diante das perdas que essas mudanças implicaram nos recursos para a Educação (que são originados, dentre outros impostos, do ICMS), o Gaepe-Brasil encaminhou posicionamento aos parlamentares da **Câmara dos Deputados e do Senado Federal**, por meio da [Manifestação 5/2022](#), no sentido da necessidade de se restabelecer a garantia de compensação financeira aos Estados - que havia sido prevista no projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional sobre o tema, mas foi vetada pelo Presidente da República.

Ainda em relação aos recursos para a Educação, a Governança discutiu, inclusive com membros do MEC e FNDE, as dificuldades dos gestores em atenderem às condicionalidades previstas para se habilitarem ao recebimento das parcelas relativas à Complementação do VAAR-Fundeb (Valor Aluno Ano Resultado do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

O Gaepe-Brasil solicitou ao FNDE), órgão ligado ao MEC responsável pelo repasse de verbas da Educação aos entes federados, a [ampliação do prazo](#) para que os municípios pudessem cumprir as exigências para recebimento dos recursos na plataforma definida pelo FNDE.

Além disso, **alertou às entidades estaduais**, por meio do [Ofício nº 23/2022](#), sobre o risco de perda de recursos pelos municípios de estados que ainda não tinham atendido a uma das condições

para o VAAR-Fundeb, que é a edição de legislação sobre o ICMS-Educacional (política que visa estimular melhores resultados na Educação, com repasse de parte do ICMS atrelado a indicadores definidos em legislação estadual).

Em paralelo, a Governança também manifestou junto à PGR (Procuradoria Geral da República) a preocupação quanto ao potencial descumprimento dos importantes avanços trazidos pelo Novo Fundeb (Emenda Constitucional 108/2020 e Lei n. 14.113/2020), conforme [Ofício n.º 22/2022](#).

Atento aos assuntos que mais incorrem em risco de judicialização na Educação, o gabinete debateu os entraves orçamentários e jurídicos relacionados à implementação do aumento do **piso nacional do magistério**, diante da necessária valorização da profissão docente.

Após o Governo Federal ter assinado Portaria estabelecendo o reajuste de 33% no piso salarial nacional para os professores da educação básica pública (Portaria 67/2022), o anúncio causou dúvidas e conflitos sobretudo nos municípios. A partir de então, seguiram-se diferentes posicionamentos institucionais quanto à legalidade e aplicabilidade da Portaria e do reajuste previsto, trazendo enorme insegurança para um tema de tamanho impacto na política educacional.

A questão do piso salarial docente e seu reajuste é complexa e há muito provoca dúvidas e divergências que alcançam várias esferas do poder público. O Gaepe-Brasil acompanhou e sistematizou o posicionamento institucional de vários atores, incluindo o Judiciário, onde a matéria vem encontrando soluções e interpretações diferentes.

Além disso, a partir da provocação de seus participantes, a Governança ampliou o debate para além da validade desta Portaria específica, propondo uma discussão nacional sobre quais novos critérios para o reajuste anual do piso salarial dos professores. O tema foi, inclusive, levado à equipe de transição do governo federal.



Já nas últimas reuniões de 2022, o Gaepe-Brasil dedicou dois encontros para debater o tema das avaliações educacionais de larga escala no Brasil, visando mapear os pontos em que pode incidir de forma estratégica em favor dessa pauta. As avaliações requerem atenção especial uma vez que o atual Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) não reflete plenamente as competências da Base Nacional Comum Curricular, já em implementação nas escolas de todo o País.

Foi definido como primeiro ponto de atenção a necessidade de definição de uma Governança mais democrática para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O tema da Governança do Saeb foi debatido a partir de apresentação do Vozes da Educação, que abordou o resultado de pesquisa realizada com o mapeamento de diferentes formas de Governança de sistemas de avaliação de aprendizagem em três países. A questão retornará à pauta do Gaepe-Brasil em 2023.

Por fim, o último encontro de 2022 foi dedicado à pauta da **educação infantil**, iniciando um debate que seguirá em 2023. Foi realizada apresentação por representante do MEC sobre as ações desenvolvidas por aquela pasta ministerial. E a Governança definiu os temas que serão objeto de aprofundamento nas reuniões de 2023, sendo eles: (i) aperfeiçoamento das bases de dados e ferramentas disponíveis para acompanhamento das políticas para educação infantil, bem como melhoria nas análises e abordagens já realizadas pelo MEC, ouvindo-se, em especial, os segmentos dos gestores municipais da educação; (ii) possibilidade de emissão de recomendação de alcance nacional para ordenação da fila de espera da creche, com critérios justos e legais de priorização; (iii) discussão sobre as metas a serem estabelecidas no próximo Plano Nacional de Educação, em especial, sobre o percentual de cobertura de creche; e (iv) participação da União no financiamento da educação infantil, face à decisão recente decisão do STF;

Pautas para a equipe de transição

O Gaepe-Brasil apresentou diretamente à equipe de transição do novo governo federal eleito os pontos considerados estratégicos que demandam diálogo federativo e interinstitucional. Esses mesmos pontos já haviam sido encaminhados por meio de [Ofício](#) e foram reforçados em reunião que contou com a presença da presidente-executiva do Instituto Articule, Alessandra Gotti.

O Gabinete chamou a atenção para quatro temas que **demandam priorização na Educação nos 100 primeiros dias do novo governo**, cujo mandato se inicia em 2023: planejamento nacional para a efetivação do direito à educação infantil, o futuro do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a conectividade das escolas e o reajuste do piso salarial do magistério.

No caso da educação infantil, o grupo alertou sobre a necessidade de apoio técnico e financeiro da União aos Municípios para a efetivação do direito à creche e pré-escola para as crianças de 0 a 5 anos. Diante de uma ação movida por um município que questionava a obrigatoriedade do poder público em ofertar vagas a todas as crianças dessa faixa etária, o Supremo Tribunal Federal decidiu que esse é, sim, um dever dos governos.

Já sobre as avaliações, foi apontado que é preciso rever as avaliações de larga escala em diálogo com os gestores estaduais e municipais, considerando as ferramentas locais de avaliação e as necessidades de cada ente em relação aos resultados obtidos.



Em relação à conectividade, a Governança entende ser fundamental a execução de uma estratégia coordenada de implementação e monitoramento das políticas de incentivo à inserção tecnologias na educação básica (Programa de Inovação Educação Conectada - PIEC, Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST, Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas - Gape, relacionado ao Edital do 5G, e Lei 14.172/2021), delimitando prioridades para maior escalabilidade e complementaridade dos investimentos.

Sobre o piso nacional, foi reforçada a importância de o governo federal conduzir um debate sobre a reformulação dos critérios de reajuste, em diálogo com os diferentes e legítimos grupos de interesse envolvidos no tema.

Fortalecimento institucional

A Governança continua ganhando adesão de importantes entidades ao Pacto Nacional pela Educação, documento que assinala o comprometimento institucional com o Gabinete. Neste ano, o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, o **Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)** e o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPJ), fizeram a adesão formal ao Pacto.

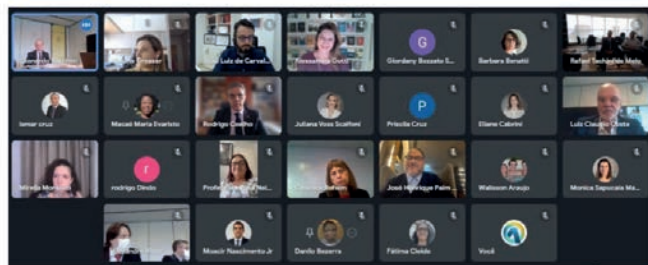


Sobre o Gaepe-Brasil | Integrantes | Manifestações | Notícias | Contato

novembro 29, 2022

PRESIDENTE EXECUTIVA DO ARTICLE APRESENTA TEMAS URGENTES DA EDUCAÇÃO À EQUIPE DE TRANSIÇÃO DO GOVERNO ELEITO

Em reunião na tarde desta terça-feira, Alessandra Gotti falou sobre pontos definidos como prioritários pelo Gaepe-Brasil para 2023



Gaepe-Brasil na mídia

[CNJ adere ao Pacto Nacional pela Educação - Folha PE](#)



[Gaepe-Brasil apoia prazo para verba de conectividade - Conviva Educação](#)



[Entidades pedem mais tempo para gastar recursos para garantir internet nas escolas](#)



[CNJ adere ao Pacto Nacional pela Educação | Agência Brasil](#)



[Entidades pedem mais tempo para gastar recursos para garantir internet nas escolas - 06/04/2022 - Painei - Folha](#)



[Gaepe-Brasil se manifesta sobre recomposição de aprendizagem - Conviva Educação](#)





RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022



GAEPE-RO

Gabinete de Articulação para
Efetividade da Política da
Educação em Rondônia



Sobre o Gaepe-RO

Instalado em abril de 2020, o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação de Rondônia (Gaepe-RO) é o primeiro organismo multi-institucional de nível estadual do gênero criado no país, e que conta com a parceria do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO). Chamado inicialmente Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação em Rondônia, a Governança teve seu nome atualizado para refletir sua atuação perene, que contempla também temas estruturantes da Educação para além dos efeitos causados pela Covid-19.

Membros

Quem participa do Gaepe-RO

- » Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia (Agevisa-RO)
- » Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia (Actron)
- » Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)
- » Associação Rondoniense de Municípios (Arom)
- » Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB)
- » Conselho Estadual de Educação
- » Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Rondônia (Cosems-RO)
- » Defensoria Pública do Estado de Rondônia (DPE-RO)
- » Instituto Articule
- » Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO)
- » Ministério Públicos de Contas (MPC-RO)
- » Ministério Público Estadual (MP-RO)
- » Secretaria Estadual de Educação de Rondônia

- » Secretários Municipais de Educação dos 52 Municípios de Rondônia
- » Tribunal de Justiça (TJ-RO)
- » União dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme)
- » União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

2022 em números

19 reuniões

01 Carta Compromisso

06 Notas Técnicas

11 Temas de destaque

1. Redução das desigualdades: educação antirracista e inclusiva nos municípios
2. Acompanhamento das obras paralisadas e monitoramento das filas de espera das creches.
3. Ferramenta para aprimoramento do manejo de vagas para creches e acompanhamento da evasão escolar.
4. Recomendações acerca do aprimoramento qualitativo da educação infantil em Rondônia
5. Busca Ativa Escolar
6. Reestruturação das comissões de monitoramento dos protocolos sanitários nas escolas
7. Recomendação para que Municípios evitem que servidores da educação sejam cedidos ou desviados de sua função de magistério
8. Apoio ao Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)
9. Articulação para evitar fechamento das escolas devido aos bloqueios nas estradas promovidos por protestos pós-eleições
10. Fortalecimento da agenda intersetorial envolvendo educação, assistência social, saúde e conselhos tutelares
11. Transporte escolar



Gaepe-RO em 2022: Educação inclusiva e antirracista são o tom do combate às desigualdades da Governança

O ano foi marcado por um redirecionamento do Gaepe-RO para pautas estruturais da educação. E no cerne dos desafios que travam a qualidade do ensino no Brasil está a desigualdade, em especial, a vivida pela população negra e com deficiência. A necessidade de garantir uma educação antirracista e inclusiva foi entendida pela Governança como estratégia fundamental para garantir o direito de todas as crianças e jovens à Educação, em especial os mais vulneráveis.

O grupo emitiu a **primeira Nota Técnica abordando o combate ao racismo** nas escolas - NT 05/2022. O documento aborda medidas para assegurar o ensino das relações étnico-raciais nas escolas, como a formação voltada a estratégias e técnicas para lidar com a diversidade e em letramento racial das equipes de gestores, professores e demais profissionais da educação, a alteração do material didático para alinhar os conteúdos à diversidade da população rondoniense e a imediata criação de material gráfico para desconstrução e ressignificação de termos, locuções, frases e outras manifestações racistas, possibilitando a implementação efetiva e qualitativa das Leis nº 10.630/03 e 11.645/08. Em paralelo, foram aprofundadas discussões sobre a **educação inclusiva nos municípios**, embasadas em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RO) sobre a questão no estado.

As ações focadas na retomada das aulas presenciais e no avanço na qualidade da educação rondoniense também foram temas de destaque na Governança. Houve continuidade dos trabalhos que haviam sido iniciados em 2021, como o **acompanhamento das**

obras paralisadas. A matéria foi fruto de questionário específico endereçado aos municípios para compreensão dos dados quantitativos de tais obras - visando dimensionar a extensão desse problema e compreender os motivos de sua ocorrência -, que continuarão sendo monitoradas em 2023, especialmente com a finalidade de assegurar a sua conclusão.

Tema que também teve seguimento neste ano foi a educação infantil, com foco no monitoramento das filas de espera das creches. Além disso, teve início o desenvolvimento, ainda não concluído, de **ferramenta para aprimorar a distribuição de vagas para creches**, a partir de uma parceria do TCE-RO com o Instituto Federal de Rondônia (IFRO). O mesmo instrumento pode contribuir com o acompanhamento da evasão escolar e para a coleta de diagnósticos da frequência escolar, transferência de estudantes entre estabelecimentos de ensino e demais matérias de interesse dos órgãos do sistema de proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Segundo a Undime-RO, com sua articulação junto ao Gaepe-RO com os municípios, foram criadas mais de 5 mil vagas nas redes municipais de Educação Infantil em todo o estado. A nova ferramenta a ser elaborada tem potencial de contribuir ainda mais nesse tema.



Ainda no que diz respeito à etapa da educação destinada às crianças de 0 a 5 anos, os membros do Gaepe-RO divulgaram aos municípios, depois de muitas discussões e escutas de educadores, especialistas e gestores, recomendações focadas na **qualidade da educação infantil**. A [Nota Técnica 02/2022](#) trata de temas como formação docente, infraestrutura e material pedagógico.

Manteve-se também na pauta a necessidade de esforços contínuos para combater o abandono e a evasão escolar. Foram emitidas duas notas técnicas sobre esse assunto. A [NT 03/2022](#), com orientação aos Municípios para priorizarem a efetiva implantação da estratégia de **Busca Ativa Escolar do Unicef**, e a NT 06/2022, com esclarecimentos sobre os fluxos de atuação de cada ator envolvido no processo da **busca ativa e na rede de proteção** dos direitos da criança e do adolescente. Além disso, o Ministério Público do Estado de Rondônia (MPE-RO) instituiu grupo de trabalho sob a coordenação do Grupo de Atuação Especial da Infância, Juventude e Defesa da Educação (GAEINF) para incentivar a elaboração e a implementação dos planos municipais e estadual de busca ativa e recuperação da defasagem escolar.

Para apoiar a manutenção das aulas presenciais, a Governança de Rondônia manteve a estratégia da atuação de **comissões de monitoramento dos protocolos sanitários contra a covid-19** nas esco-

las, que havia sido empregada em 2021. Nessa temática, a Agevisa contribuiu especialmente, emitindo nota técnica para reforçar a participação das escolas na ampliação da cobertura vacinal entre estudantes e profissionais da educação e que as Unidades Básicas de Saúde prestassem assistência às escolas com a realização de testes e acompanhamento clínico dos casos de contaminação.

Com vistas a garantir equipe pedagógica em quantidade adequada à retomada das aulas presenciais, o Gaepe-RO levantou a necessidade de orientar gestores para que evitassem **deslocar professores das salas de aula para outras funções**. Por meio da [Nota Técnica 01/2022](#), a Governança abordou a necessidade de estarem esses profissionais dedicados aos estudantes, como também as implicações burocráticas desse remanejamento, inclusive sobre o seu pagamento com recursos do Fundeb.

Em relação à aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, um tema que avançou em 2022 foi o **Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)**, uma idealização do TCE-RO que contou com apoio do Gaepe-RO para sua articulação junto às demais instituições. Elaborado com inspiração na política homônima do Ceará, a iniciativa começou em alguns municípios de forma piloto e já conta com adesão das 52 secretarias municipais de educação do estado.



No final de 2022, a mobilização e articulação das entidades integrantes do Gaepe-RO se mostrou efetiva em uma questão urgente. Após as eleições, grupos de manifestantes promoveram **bloqueios em estradas em todo o Brasil**. No estado de Rondônia, eles perduraram mesmo após decisão do Supremo Tribunal Federal pela sua dissolução, causando riscos graves de desabastecimento de escolas, além do impedimento da circulação do transporte escolar.

Após receberem a Nota Técnica do Gaepe-RO, municípios que haviam declarado ensino remoto por causa dos bloqueios voltaram atrás e mantiveram aulas presenciais.

Em um movimento ágil, os membros da Governança emitiram a [NT 04/2022](#), recomendando aos gestores que **mantivessem as aulas presenciais** e fazendo sugestões sobre como viabilizar isso. Em paralelo, a partir da articulação do grupo, o Ministério Público Estadual solicitou cooperação da Polícia Rodoviária Federal no estado para liberação de transportes essenciais.



A Governança também pautou o fortalecimento da **agenda inter-setorial** envolvendo educação, assistência social, saúde e conselhos tutelares. Foi reforçado o convite para que a Secretaria Estadual de Saúde, o Conselho dos Secretários Municipais de Saúde (COSEMS) e a Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia (ACTRON) participassem das reuniões do Gaepe-RO, ao mesmo tempo que se estendeu o convite à participação na Governança para o segmento da assistência social.

A pauta intersetorial foi objeto de discussão específica na reunião de 16/09/2022, na qual se tirou, como primeiro avanço significativo, a necessidade de edição de uma nota técnica específica para tratar da intersetorialidade na Busca Ativa Escolar - a Nota Técnica nº 06/2022.

Por fim, na pauta do **transporte escolar** - preocupação que já havia emergido no Gaepe-RO em anos anteriores - foi possível verificar um avanço significativo. Em decorrência das articulações iniciadas no colegiado, foi realizada audiência junto ao Tribunal de Justiça de Rondônia (Processo nº 7015011-94.2019.8.26.0001), na qual se firmou acordo entre o Estado de Rondônia, a Prefeitura Municipal de Porto Velho e o Ministério Público do Estado de Rondônia, no sentido de assegurar os meios necessários ao transporte escolar de todos os alunos do baixo, médio e alto Madeira em até 60 dias, solucionando problema que já [perdurava há mais de três anos](#).

A Carta Compromisso do Gaepe-RO

Na primeira [reunião presencial da Governança, realizada nos dias 18/08/2022 e 19/08/2022](#), os membros do Gaepe-RO apresentaram aos sete candidatos ao cargo de governador do Estado de Rondônia uma [carta compromisso](#) com trinta e dois compromissos a serem assumidos pelo futuro gestor e por todos os membros da Governança. Todos os candidatos subscreveram o documento, assim como os demais membros da Governança e os cinquenta e dois secretários municipais de educação.

Os compromissos tratam, em síntese, da articulação interinstitucional entre os órgãos e das ações interfederativas em prol da educação rondoniense, da redução das desigualdades e da promoção da igualdade racial, social, de gênero e em todas as suas formas, da adoção de políticas estruturantes para a educação do Estado e de políticas públicas municipais para a educação infantil.

A partir de novembro/2022, as reuniões ordinárias do Gaepe passaram também a contar com um momento específico de acompanhamento do cumprimento desses compromissos, o que continuará a ser feito ao longo de 2023.



Gaepe-RO na mídia

- Candidatos a Governador firmam Carta de Compromisso pela Educação no encerramento da 1ª Reunião Presencial do Gaepe-RO



- Principais ações do Gaepe-RO são destacadas em relatório do Instituto Articule



- Ministério Público participa de elaboração da Nota Técnica de igualdade racial no ambiente escolar em RO



- Educação: Defensoria Pública do Estado de Rondônia participa de 1ª Reunião presencial do Gaepe-RO



- Assembleia recebe relatório do TCE-RO sobre deficiência da educação inclusiva em Rondônia



- DIÁRIO DA EVASÃO: uma causa, um desafio e uma ação



- MPRO participa de elaboração da Nota Técnica de igualdade racial no ambiente escolar



- Experiências de Rondônia na educação são destacadas pelo TCE-RO durante reunião de trabalho do Gaepe-RO



- MP discute medidas para fortalecimento da educação e combate à evasão escolar em reunião do Gaepe



- MP orientam prefeitura de Alta Floresta para não suspender aulas por falta de combustível



- Porto Velho participa da primeira reunião presencial do Gaepe-RO



- MPRO marca presença em discussão do COEGEMAS





RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022



Article



GAEPE-GO

Sobre o Gaepe-GO

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Estado de Goiás (Gaepe-GO) foi instalado em julho de 2020 para combater os reflexos da pandemia de Covid-19 na Educação. A Governança, no entanto, passou a ser permanente e tratar também de desafios estruturantes do setor. A iniciativa conta com a parceria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO).

Membros

Quem participa do Gaepe-GO

- » Associação Goiana de Municípios (AGM)
- » Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE-GO);
- » Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO);
- » Federação Goiana de Municípios (FGM)
- » Ministério Público de Contas do Estado de Goiás (MPC-GO)
- » Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO);
- » Secretaria de Educação do Estado de Goiás;
- » Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO);
- » Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO);
- » Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO);
- » União dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Goiás (UNCME-GO);
- » União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Goiás (UNDIME-GO);
- » Vigilância Sanitária de Goiás

2022 em números

06 reuniões

2 Notas Técnicas

6 Temas principais

1. Retorno às aulas presenciais
2. Atualização dos protocolos de segurança sanitária nas escolas
3. Orientações sobre programa de Busca Ativa Escolar
4. Orientação para que escolas não perdessem os recursos do PDDE
5. Identificação e orientação aos municípios sobre pendências para que se habilitassem ao recebimento do VAAR-Fundeb
6. Formação para os membros dos Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (Cacs)
7. Diagnóstico dos Conselhos Municipais de Educação
8. Discussões sobre melhor uso dos recursos da Lei de Conectividade considerando o Plano Estadual de Educação



Gaepe-GO em 2022: Retomada das aulas e apoio aos gestores e conselheiros da Educação

Em fevereiro, 22 municípios goianos ainda estavam ofertando aulas remotamente. O Gaepe-GO promoveu uma forte articulação para que todos **retornassem às escolas** o quanto antes. Uma das ações do Gabinete para apoiar a manutenção das aulas presenciais foi a **atualização dos protocolos sanitários** para combate à disseminação da Covid-19 nas escolas, com reforço na comunicação aos gestores sobre as novas medidas e sobre o uso da ferramenta de sistematização criada em 2021.



Outra medida ligada ao retorno dos estudantes à escola foi a [Nota Técnica 02/2022](#), chamando a atenção dos gestores para o **combate ao abandono e à evasão escolar**, ampliados devido à pandemia da Covid-19. No documento, a Governança orientou os municípios para o seu cadastramento na ferramenta Busca Ativa Escolar, do Unicef, além da criação de comitês intersetoriais sobre a questão. A articulação sobre esse desafio da Educação foi destaque em evento promovido pelo Instituto Unibanco sobre boas práticas. O tema ainda foi retomado na última reunião do ano da Governança, realizada em dezembro, na qual a auditora do TCE-RO, Adrissa Campelo, pôde realizar uma apresentação compartilhando boas práticas adotadas em Rondônia e que têm sido objeto de discussão no Gaepe daquele Estado, reforçando, assim, o trabalho de cooperação entre as Governanças. Foi definida uma estratégia de implementação e monitoramento gradual do Busca Ativa Escolar, o que será realizado, primeiramente, em dois municípios piloto, Itaberai e Rio Verde.



Para apoiar as escolas, especialmente as localizadas nas áreas rurais, que historicamente apresentam mais dificuldades, o Gaepe-GO emitiu orientações para que elas pudessem receber recursos financeiros do **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)** direcionados à melhoria do abastecimento de água e esgotamento sanitário, e da infraestrutura escolar referentes aos anos de 2019 e 2020.

“Articulação mobilizou esforços para que escolas resgatassem verbas de 2019 e 2020 para abastecimento de água e infraestrutura.”

Também relacionada ao recebimento de recursos, teve resultados surpreendentes a articulação para que os municípios goianienses concluíssem a etapa das condicionalidades para se habilitarem ao recebimento do **Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) do Fundeb**. Além de apoio para que pudessem tirar dúvidas sobre o preenchimento das informações no sistema do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Gaepe-GO emitiu a [Nota Técnica 01/2022](#) alertando aos gestores para o cumprimento da condicionalidade sobre critérios de seleção para diretores escolares.

Dos 246 municípios do estado, 242 concluíram as informações para se habilitar ao VAAR. Imprensa contribuiu para mobilizar gestores.



mariana.cameiro@opopular.com.br

CIDADES

40 cidades de GO devem dados que podem vetar verba do Fundeb

Informações precisam ser repassadas ao Ministério da Educação a respeito de recursos. Prazo para envio já foi prorrogado e segue até o dia 16



Ainda no âmbito do Fundeb, a Governança realizou, uma **formação para os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (Cacs)** focada em promover maior conhecimento sobre a aplicação das novas legislações



que regem o fundo. Os novos conselheiros puderam também se apropriar das informações básicas sobre a prestação de contas do Fundeb, a utilização dos seus recursos e outras questões administrativas.



Também com o intuito de **fortalecer os Conselhos Municipais de Educação (CMEs)**, o Gaepe-GO iniciou um levantamento para diagnosticar a estrutura dos atuais CMEs no estado, de forma a poder contribuir para que sua atuação no acompanhamento das políticas educacionais seja mais efetiva.

A **conectividade**, tema que esteve muito presente nas discussões em 2021, se manteve em alta em 2022, com as discussões sobre como melhor aproveitar os recursos da Lei 14.172 (Lei da Conectividade) considerando o que foi estabelecido no Plano Estadual de Educação de Goiás.

Gaepe-GO na mídia

Gaepe-Go realiza última reunião de trabalho de 2022



Gaepe-Go realiza última reunião de trabalho de 2022


Grupo prepara a realização, no próximo ano, do Simpósio Nacional da Educação (Sined), em Goiânia

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Goiás (Gaepe-GO) realizou sua última reunião de 2022 nesta quinta-feira (8/déz). Entre as pautas debatidas, destaque para a realização, no ano que vem, do Simpósio Nacional da Educação (Sined), em Goiânia, sob responsabilidade dos tribunais de contas do Estado (TCE-GO) e dos Municípios (TCM-GO).

O conselheiro Fabricio Motta, do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO), destacou o início dos estudos para a elaboração da programação a partir da percepção institucional sobre os temas mais relevantes para a agenda do próximo ano. Ele agradeceu a participação e ajuda de todos os participantes do grupo em 2022 e ressaltou a importância do próximo encontro, já em 2023, que deve ser presencial, oportunidade de todos se confraternizarem e se conhecerem pessoalmente.

O coordenador dos trabalhos, Ismar Cruz, do Instituto Articule, também destacou as boas expectativas dos trabalhos para 2023 e que o Gaepe Brasil vem acompanhando a transição do governo federal para que o grupo possa ter uma participação cada vez maior e efetiva nas políticas públicas nacionais.

Gabinete de Articulação para Efetividade da Política de Educação no Estado de Goiás – Gaepe GO divulga Nota Técnica que dispõe sobre a urgência na edição da legislação referente à seleção dos gestores escolares com base em critérios técnicos



Gabinete de Articulação para Efetividade da Política de Educação no Estado de Goiás – GAEPE GO, divulga Nota Técnica que dispõe sobre a urgência na edição da legislação referente à seleção dos gestores escolares com base em critérios técnicos

A comprovação de tal condicionalidade é condição necessária para o recebimento dos recursos da complementação-VAAR e que deve ser enviada ao SIMEC junto aos documentos referentes às demais condicionalidades, até o prazo máximo do dia 09 de outubro.

O Ministério da Educação, ao menos para este primeiro momento, não indicou em qualquer regulamentação que avaliará o mérito dos critérios escolhidos, mas tão somente que o preenchimento da condicionalidade se dará pela simples existência de ato normativo que regulamente o provimento do cargo ou função de gestor escolar, nos critérios técnicos de mérito e desempenho.

Gaepe-GO alerta municípios goianos sobre combate ao abandono e à evasão escolar



Gaepe-GO alerta municípios goianos sobre combate ao abandono e à evasão escolar

Entidade chama atenção para a adesão e implementação efetiva da estratégia de busca ativa escolar.

Para combater o abandono e a evasão escolar, o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação de Goiás (Gaepe-GO) vem recomendando aos gestores públicos que adotem de forma efetiva estratégias de busca ativa dos estudantes que estão fora da escola. Nesta semana, a governança emitiu a Nota Técnica 02/2022 orientando os municípios do estado sobre a necessidade de adesão à plataforma Busca Ativa Escolar, elaborada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). O Gaepe-GO é uma instância horizontal de diálogo entre diferentes entidades do poder público e sociedade civil, coordenada pelo Instituto Articule e implementada em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO) e o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

40 cidades de GO devem dados que podem vetar verba do Fundeb



40 cidades de GO devem dados que podem vetar verba do Fundeb

Informações precisam ser repassadas ao Ministério da Educação a respeito de recursos. Prazo para envio já foi prorrogado e segue até o dia 16.



TCMGO realiza o curso Prestação de Contas do Fundeb



TCMGO realiza o curso Prestação de Contas do Fundeb

O curso tem como objetivo capacitar integrantes do Conselho do Fundeb para a elaboração de parecer da prestação de contas.

O TCMGO promoveu hoje, 13/10, por meio da Escola de Contas, a segunda aula do curso "Prestação de Contas do Fundeb", cujo tema foi o "Acompanhamento da Folha de Pagamento do Fundeb", ministrado pela auditora de Controle Externo, Andrea Calassa da Silva. A primeira aula foi ministrada pela auditora de Controle Externo, Luana Cristina Assunção, no último dia 5/10, e teve como tema "Acompanhamento Orçamentário e Financeiro do Fundeb".

O curso é ministrado por auditores do Tribunal, via plataforma Zoom, e tem como objetivo ajudar os conselheiros do Fundeb a conhecer suas funções previstas em lei. Estão previstas na programação mais duas aulas, nos dias (19/10) e (26/10).





RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022



Sobre o Caepe-MS

O Comitê de Articulação para Efetividade da Política Educacional no Estado do Mato Grosso do Sul (Caepe-MS) foi a terceira Governança criada de acordo com a metodologia do Gaepe e a primeira que tem como anfitrião um órgão do Poder Executivo – no caso, a Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul (SED-MS). Criado em agosto de 2020 pelo Decreto Estadual nº 15.492/20, na forma da Comissão Estadual Provisória de Volta às Aulas, e tornado permanente pelo Decreto Estadual nº 15.594/21, que deu o atual nome à Governança, o Caepe - MS é uma instância permanente de pactuação interinstitucional com mandato de quatro anos para os seus membros, permitida a recondução por igual período.

2022 em números

7 reuniões

6 Temas de destaque

1. Revisão e monitoramento do protocolo de volta às aulas
2. Medidas visando o tratamento de aspectos sociais, emocionais e de saúde mental enfrentados na volta às aulas, com apoio à implementação da Lei 13.935/2019 no Estado e nos municípios (psicólogos e assistentes sociais nas redes de ensino)
3. Disponibilização do sistema de Busca Ativa Escolar da SED-MS aos municípios por regime de colaboração
4. Recomposição de aprendizagem
5. Criação do Núcleo de Pesquisa e Prevenção de Acidentes
6. Apoio aos Municípios para solução das pendências do PDDE Água (2020) e Campo (2019)



Membros

Quem participa do Caepe-MS?

- » Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (ASSOMASUL)
- » Associação das Instituições Particulares de Ensino de Campo Grande
- » Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul
- » Comitê Gestor do Programa de Saúde e Segurança da Economia (PROSSEGUIR)
- » Conselho de Reitores das Instituições de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul (CRIE/MS)
- » Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de Mato Grosso do Sul (CONSEP/MS)
- » Conselho Estadual de Educação (CEE)
- » Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul
- » Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)
- » Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (MPC-MS)
- » Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS)
- » Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (PGE/MS)
- » Secretaria de Estado da Educação (SED/MS)
- » Secretaria de Estado da Saúde, por intermédio do Centro de Operações de Emergências (COE)
- » Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Mato Grosso do Sul (SINEP)
- » Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Mato Grosso do Sul (SINTRAE)
- » Superintendência para Orientação e Defesa do Consumidor (PROCON/MS)
- » Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS)
- » Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (TJ-MS)
- » União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/MS)
- » União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/MS)

O Caepe-MS em 2022: Renovação do compromisso com a Educação

O Caepe-MS realizou dois encontros presenciais durante o ano de 2022. Eles foram resultado do desejo de promover maior interação e aproximação entre os seus integrantes, visando ao fortalecimento do seu vínculo e compromisso com esse espaço de diálogo e cooperação.

A primeira reunião, feita em maio, foi sediada na Defensoria Pública do Estado, em Campo Grande (MS). A ocasião marcou um momento único de interação, troca de ideias e percepções sobre as questões da educação no estado, bem como de encaminhamentos objetivos para os desafios apontados. Dentre eles, a importância de ações para tratar as sequelas deixadas pela pandemia da Covid-19 na comunidade escolar, como o aumento da procura por tratamento psiquiátrico para estudantes.



Nas reuniões anteriores do ano, o Caepe-MS já havia tratado do tema, sendo que a Secretaria de Educação (SED-MS) se responsabilizou em elaborar e disseminar um documento orientador sobre **condutas pedagógicas de acolhimento emocional e escuta** empática dos estudantes. Nessa temática, a Governança **apoiou**, ainda, ações ligadas à implementação da Lei 13.935/2019 no Estado e nos municípios. Tal lei **prevê que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social**.

Paralelamente, foi também disponibilizado para todos os municípios, por meio de regime de colaboração, o sistema de **Busca Ativa Escolar** do governo estadual, uma vez que essa estratégia foi entendida como parte fundamental de um esforço articulado ao do acolhimento e da **recomposição de aprendizagem** - que passou a ser um importante foco de atuação do Caepe-MS.

O cuidado com o retorno às aulas esteve presente em diversos temas discutidos na Governança. Além da **revisão dos protocolos de volta às aulas**, foi mantido também o **monitoramento dessas medidas**, realizado pelas comissões criadas nos 79 municípios do Estado, sob coordenação-geral da SED-MS e coordenação local das secretarias municipais de educação, com roteiro de verificação criado pelo Caepe-MS.

Foi noticiada também a criação, pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, do Núcleo de Pesquisa e Prevenção de Acidentes na Escola, com o apoio da SED-MS. O objetivo é mitigar riscos à segurança física de alunos e profissionais da educação na rede de ensino estadual, com ações como a elaboração de orientações formais sobre os procedimentos a serem adotados em caso de acidentes ou eventos críticos, o mapeamento de situações de risco e o treinamento de alunos em situações simuladas de acidentes ou conflitos.

Da mesma forma que nos demais Gaepes, o Caepe-MS se articulou com o Ministério da Educação e com a Secretaria Estadual de Educação para identificar as escolas que possuíam pendências no **PDDE-Campo de 2019 e no PDDE-Água de 2020** e assegurar o repasse dos recursos a tais escolas. Ao todo, o Estado de

Mato Grosso do Sul possuía 40 escolas pendentes de envio de documentação e atualização de dados cadastrais para recebimento destes recursos. A articulação possibilitou o destravamento dos recursos e seu imediato repasse às escolas.

Já a segunda reunião presencial do ano ocorreu em novembro e marcou o compromisso do novo governo estadual eleito com a Educação e com a continuidade do Caepe-MS. O representante da equipe de transição do novo governador eleito, Eduardo Riedel, assinou a Carta Compromisso elaborada pela Governança - e que foi pactuada também por todas as entidades integrantes. No documento, além de ações relacionadas aos temas já em discussão, o grupo solicitou comprometimento com medidas referentes à avaliação, infraestrutura escolar, diálogo intersetorial (Educação, Saúde, Assistência, etc) e promoção da Educação Inclusiva, além da promoção da equidade racial, social e de gênero e em todas as suas formas.



Caepe-MS na mídia

- [Comitê de Articulação para Efetividade da Política Educacional de MS realiza 2ª reunião presencial](#)



- [TCE-MS participa de reunião do Comitê para efetividade na educação](#)



- [Como garantir a recomposição das aprendizagens na retomada presencial das aulas](#)





RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022

TCMPA
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO PARÁ



Articule

 **GAEPE**
ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ

Sobre o Gaepe-Arquipélago do Marajó

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação (Gaepe) do Arquipélago do Marajó, no estado do Pará, foi instalado em junho de 2022, como uma estratégia para propor soluções realistas e eficazes para a Educação dos 17 municípios que compõem a região. No Pará, a iniciativa tem como anfitrião o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM-PA).

2022 em números

05 reuniões

02 Manifestações

07 Temas de destaque

1. Fortalecimento da gestão da secretaria e das escolas municipais
2. Universalização, acesso e permanência na escola
3. Infraestrutura escolar
4. Política pública de alimentação escolar
5. Política pública de atendimento no transporte escolar
6. Valorização dos profissionais da educação
7. Fortalecimento dos conselhos de controle social e unidades executoras

Gaepe-Arquipélago do Marajó em 2022: inovação para enfrentar dificuldades estruturais em uma das regiões mais complexas do país

A criação do Gaepe-Arquipélago do Marajó decorreu de constatações feitas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM-PA) acerca de dificuldades estruturais que afligem os 17 municípios constituintes do arquipélago do Marajó. Assim, os trabalhos da Governança, nesse primeiro ano de atuação, estiveram calcados em buscar a melhor compreensão do panorama local e em identificar soluções para os problemas apontados pelo relatório paradigma do TCM-PA. Para tal, foram criados sete grupos de trabalho, cada qual referente a uma das sete dimensões avaliadas, que constituíram os eixos estruturantes do diagnóstico.

Nos dias 20/06 e 21/06, o TCM-PA realizou evento presencial para lançar oficialmente o Gaepe-Arquipélago do Marajó contando esta reunião com a presença dos gestores municipais de educação dos 17 municípios do arquipélago do Marajó, de representantes do TCM-PA e das demais instituições que compõem a Governança. Na mesma ocasião, foi divulgado o relatório técnico do projeto “Fortalecimento da Educação dos Municípios do Pará”, documento este que serviu de base para o conhecimento do atual diagnóstico da situação dos municípios Marajoaras no que toca à política pública de educação, embasando, assim, a atuação do Gaepe-Arquipélago do Marajó.

Acerca do **fortalecimento da gestão da secretaria e das escolas**, o Gaepe-Arquipélago do Marajó propôs o reconhecimento da autonomia financeira dos gestores das SEMEDs, realizando, com o apoio do TCM-PA, do Ministério da Educação do Programa “Abraça o Marajó”, nos meses de agosto, setembro e novembro, capacitações es-



pecíficas para os gestores sobre esse tema. A reunião de dezembro também tratou da discussão sobre nota técnica específica versando sobre estratégias de manutenção da autonomia dos gestores educacionais perante os entes políticos aos quais se vinculam.

Também correlato a este primeiro ponto foi feito o diagnóstico das dificuldades de infraestrutura das próprias secretarias de educação, as quais foram objeto de questionário específico encaminhado às secretarias para coleta de dados sobre a infraestrutura dos prédios, dos veículos utilizados para apoio administrativo e pedagógico, os equipamentos e acesso à conectividade existentes e o quantitativo dos servidores disponibilizados.

Sobre a **universalização, acesso e permanência na escola**, foi feita capacitação específica para os responsáveis do Programa Busca Ativa Escolar no mês de agosto, com apoio do TCM/PA e do Unicef.

A **política pública de alimentação escolar**, pauta extremamente sensível em tempos nos quais a insegurança alimentar volta a rondar as famílias brasileiras, também foi discutida no Gaepe-Arquipélago. Sobre o tema, o grupo de trabalho destinado a tal questão realizou levantamento sobre a alimentação escolar nos municípios contemplando todos os itens constantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar e a inclusão, no cardápio das redes, de produtos oriundos da agricultura familiar.

Já a pauta da **infraestrutura escolar** teve como objeto, neste primeiro momento, a identificação das vulnerabilidades da infraestrutura física das escolas das redes municipais. O grupo de trabalho destinado ao tema elaborou proposta de levantamento da situação escolar (LSE) que foi encaminhada aos municípios para que estes prestem os esclarecimentos necessários, cabendo a eles apresentar os dados no início de 2023.

Também se identificou a necessidade de um diagnóstico mais elaborado acerca do **transporte escolar**, com foco inicial nos procedimentos a serem adotados em relação aos veículos e lanchas existentes e que, pela não utilização ao longo dos anos, especialmente durante a pandemia de Covid-19, se tornaram inservíveis para uso.

Já o grupo de trabalho de **valorização dos profissionais da educação** dedicou-se primeiramente a traçar panorama preciso sobre a matéria, procedendo uma análise dos dados do Censo Escolar 2021 para catalogação do quadro de profissionais de educação com relação à lotação, ocupação, disciplina lecionada, grau de instrução, remuneração e outras informações.

Por fim, também se encontra em fase preliminar de análise as ações concretas a serem adotadas para o **fortalecimento dos conselhos de controle social e unidades executoras**: após deliberação do grupo de trabalho. O Gaepe-Arquipélago do Marajó coletará informações acerca da atuação, estrutura de apoio e necessidades de capacitação dos membros dos Conselhos de Alimentação Escolar e do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb.

Uma série de ações de capacitação de gestores e conselheiros dos municípios do Marajó foram conduzidas ou apoiadas diretamente pelo Gaepe, entre as quais pode-se destacar:

- a) capacitação dos secretários municipais de educação e dos técnicos das SEMEDs dos municípios para, entre outros, o planejamento das atividades anuais e para a plena autonomia orçamentária e financeira dos recursos vinculados à educação;
- b) capacitação para os responsáveis do Programa Busca Ativa Escolar, com participação dos 17 municípios do Marajó que aderiram à plataforma;
- c) disseminação do Projeto “Avalia e Aprende”, do Instituto Reúna, que disponibiliza materiais e apoio técnico aos municípios do Marajó para adoção de procedimentos avaliativos diagnósticos e formativos para cada ano escolar, para medir o padrão de aprendizagem dos estudantes da rede de ensino;
- d) divulgação e ampliação do Projeto “Marajó Alfabetizado”, conduzido pela UEPA/PA (Universidade do Estado do Pará), para formação continuada de professores e gestores de escolas da educação básica dos municípios do Marajó, voltado para a alfabetização e ao letramento das crianças matriculadas;



e) apresentação ao MEC, pela UFPA/PA (Universidade Federal do Pará), de proposta do curso de formação continuada para o aperfeiçoamento de professores dos anos iniciais do ensino fundamental dos municípios do Marajó, para atender 510 professores que atuam nas escolas dos campos, florestas e rios, escolas indígenas, quilombolas e ribeirinhas do Marajó; e

f) apoio à Semana de Capacitação para Agentes Públicos Municipais com o objetivo de intensificar o aprimoramento do acesso às políticas públicas ofertadas aos municípios brasileiros, em especial àqueles localizados no arquipélago do Marajó, incluídas ou não no Plano de Ação 2020/2023 do Programa Abrace o Marajó, com a presença in loco dos técnicos das equipes do Governo Federal, tendo como público beneficiário o agente público municipal.

No final do ano, o Gaepe - Arquipélago do Marajó aprovou duas manifestações. A primeira delas (01/2022) destinada a reforçar a necessidade de autonomia financeira dos secretários municipais de educação, tanto como ordenadores de despesa, quanto como efetivos gestores do processo de planejamento da gestão educacional municipal, garantindo-lhes concomitantemente responsabilidade e autonomia na gestão administrativa dos recursos vinculados à educação e na gestão pedagógica da rede municipal de ensino, em consonância com os respectivos planos municipais de governo.

A segunda manifestação (02/2022) foi emitida no sentido de enfatizar a necessidade de reajuste e de diferenciação nos valores per capita da alimentação escolar repassados pelo FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), aos municípios integrantes do Arquipélago do Marajó, no estado do Pará. A medida se justifica face à insuficiência dos valores recebidos atualmente para arcar com as despesas realizadas com a alimentação escolar. O documento foi enviado ao núcleo de Educação da equipe de transição do novo Presidente da República eleito com a sugestão de adoção, para os municípios do Arquipélago do Marajó, dos mesmos parâmetros já concedidos às escolas indígenas e quilombolas na definição do per capita do PNAE, das escolas localizadas em áreas ribeirinhas.



Gaepe-Arquipélago do Marajó na mídia

[TCM-PA e Articulação lançam o Gaepe Marajó](#)



[TCM quer debater educação do Marajó com equipe de transição de Lula](#)



[Gaepe Arquipélago do Marajó articula debate com a equipe de transição do Governo Federal](#)



[Itaú Social passa a integrar Gaepe Arquipélago do Marajó](#)





RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022



Sobre o Gaepe-Mogi

O Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação de Mogi das Cruzes (Gaepe-Mogi) é o primeiro gabinete de articulação multi e interinstitucional em nível municipal do País, tendo sido criado pelo Decreto Municipal nº 20.109/21. Ele reúne a Secretaria Municipal de Educação (SME), representantes de outras pastas do governo, do Sistema de Justiça, de órgãos de controle e de organizações da sociedade civil. Juntos, esses atores dialogam e propõem ações articuladas com foco no enfrentamento do impacto da pandemia na educação, bem como soluções para desafios estruturais da Educação no município. Esse Gaepe conta com apoio operacional da SME, entidade que articulou sua instalação.

2022 em números

10 reuniões

7 Temas de destaque

1. Continuidade dos grupos de trabalho para discussão de temas estruturantes (aprendizagem, acolhimento, Busca Ativa Escolar, conectividade)
2. Educação Inclusiva
3. Revisão do protocolo sanitário das escolas
4. Cobertura vacinal infantil no município
5. Critérios de priorização para atendimento em creches
6. Articulação para evitar a judicialização do transporte escolar (interlocução entre Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Secretaria Municipal de Educação e Tribunal de Justiça)
7. Apoio às escolas com pendências para o recebimento de recursos do PDDE Campo de 2019 e PDDE Água de 2020

Membros

Quem participa do Gaepe-Mogi

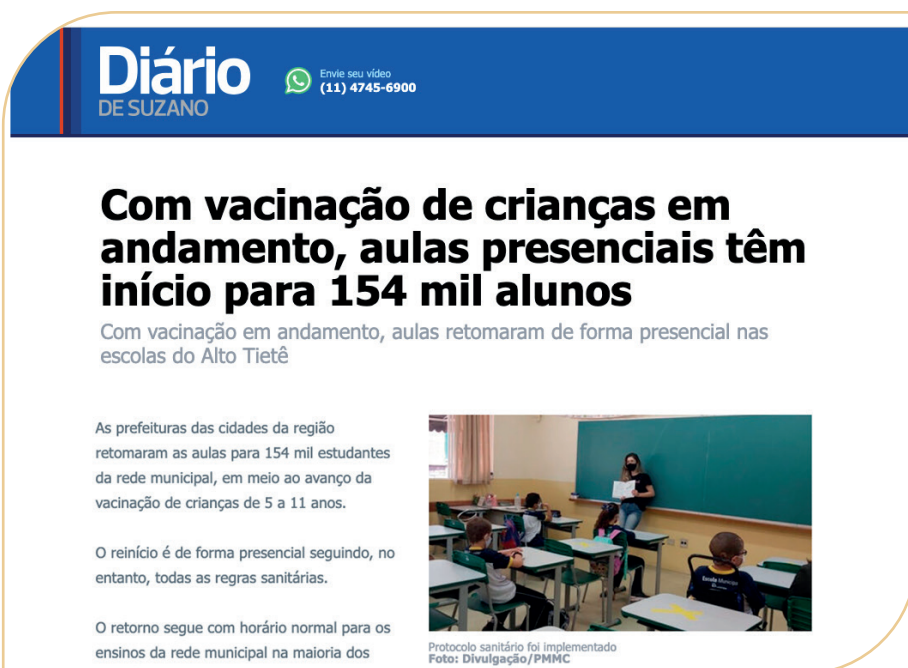
- » Gabinete do Prefeito
- » Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
- » Ministério Público do Estado de São Paulo
- » Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
- » Defensoria Pública do Estado de São Paulo
- » Secretaria Estadual de Educação - Diretoria Regional de Ensino
- » Secretaria Municipal de Educação
- » Secretaria Municipal de Assistência Social
- » Secretaria Municipal de Saúde
- » Secretaria Municipal de Finanças
- » Procuradoria-Geral do Município
- » Comissão de Educação da Câmara Municipal
- » Conselho Municipal de Educação
- » Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- » Vigilância Sanitária Municipal
- » Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública Municipal (SINTAP)
- » Associação dos Servidores Municipais de Mogi das Cruzes (ASMMC)
- » Conselhos Tutelares de Mogi das Cruzes
- » Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes (FATEC-Mogi)
- » Centro Universitário Braz Cubas
- » Universidade de Mogi das Cruzes (UMC)
- » Escolas particulares
- » Instituto Articule
- » Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa



Gaepe-Mogi em 2022: Continuidade e avanço sobre temas estruturais da Educação

O Gaepe-Mogi provou que quando há compromisso institucional há continuidade de iniciativas que visam melhorar a Educação. Mesmo com mudança na gestão da Secretaria Municipal de Educação - órgão anfitrião da Governança - o gabinete se manteve em funcionamento e deu sequência a importantes trabalhos que estavam em andamento.

Com as discussões e ações do Gaepe-Mogi visando ao **retorno às aulas**, o município teve maior apoio para retomar as atividades presenciais em toda a rede de ensino já no início de fevereiro.



Diário DE SUZANO Envie seu vídeo (11) 4745-6900

Com vacinação de crianças em andamento, aulas presenciais têm início para 154 mil alunos

Com vacinação em andamento, aulas retomaram de forma presencial nas escolas do Alto Tietê

As prefeituras das cidades da região retomaram as aulas para 154 mil estudantes da rede municipal, em meio ao avanço da vacinação de crianças de 5 a 11 anos.

O reinício é de forma presencial seguindo, no entanto, todas as regras sanitárias.

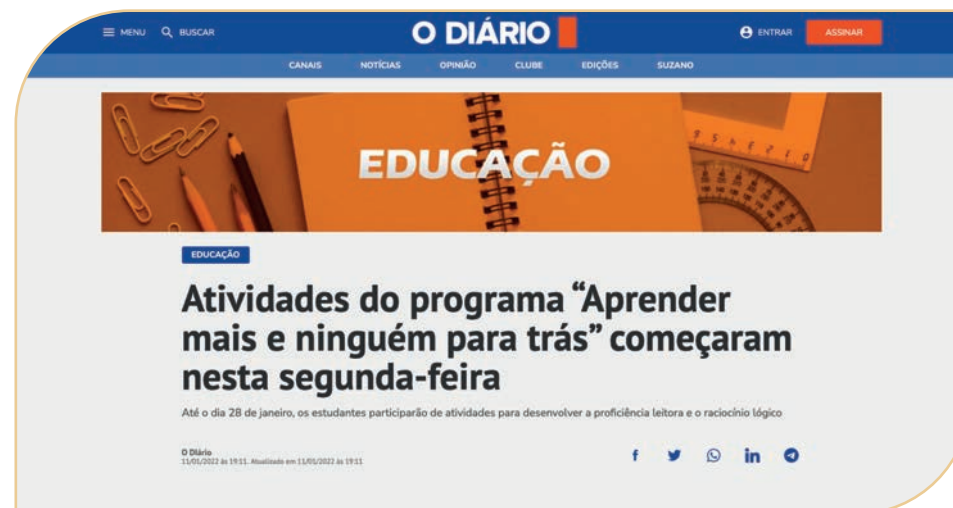
O retorno segue com horário normal para os ensinos da rede municipal na maioria dos

Protocolo sanitário foi implementado
Foto: Divulgação/PMMC

Em 2021, haviam sido estabelecidos quatro grupos de trabalho focados em temas urgentes da educação mogiana: Acolhimento, Aprendizagem, Busca Ativa Escolar e Conectividade. Não apenas houve a continuidade desses grupos, como a criação de um novo, focado na Educação Inclusiva.

O grupo de **Acolhimento** tratou da retomada das atividades presenciais nas escolas, com ênfase para a problemática da saúde mental nos estudantes após dois anos de isolamento e de pandemia.

Já as ações focadas em **Aprendizagem** incluíram análise dos resultados das avaliações realizadas pelo Município e pelo governo federal na rede. Os dados da E-Aprendi, avaliação própria de Língua Portuguesa e Matemática realizada pela rede municipal de Mogi das Cruzes e o Ideb, divulgado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado do Ministério da Educação, deram insumos para o grupo aprofundar discussões sobre a recomposição de aprendizagem, e dar continuidade ao programa “Aprender Mais, ninguém para trás”, iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, gestada a partir de discussões no grupo de trabalho do Gaepe-Mogi.



O DIÁRIO ENTRAR ASSINAR

MENU BUSCAR CANAIS NOTÍCIAS OPINIÃO CLUBE EDIÇÕES SUZANO

Atividades do programa “Aprender mais e ninguém para trás” começaram nesta segunda-feira

Até o dia 28 de janeiro, os estudantes participarão de atividades para desenvolver a proficiência leitora e o raciocínio lógico.

O Diário 11/01/2022 às 19:11. Atualizado em 11/01/2022 às 19:11



Sobre a **Busca Ativa Escolar**, a partir de debates no Gaepe-Mogi, foram realizadas reuniões entre as secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social para articulação das políticas públicas e orientação em relação à formação de suas equipes que atuarão no programa voltado a esse tema. Mogi das Cruzes aderiu ao Busca Ativa Escolar, solução tecnológica do Unicef, junto à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

No tema da **conectividade**, foi elaborada pelo Gaepe-Mogi uma recomendação para a prefeitura iniciar um processo de licitação para contratação de serviços de conectividade para todas as escolas da rede municipal de ensino, incluindo as creches conveniadas e também os órgãos ligados à Educação que atuam no atendimento a estudantes, de forma a garantir o acesso total à internet ainda em 2022. A medida visa tornar as escolas “hubs” de conectividade e pode contribuir com uma comunicação mais ágil com as famílias e população no entorno.

No meio do ano, diante do aumento do número de casos de pessoas contaminadas pelo coronavírus - inclusive nas escolas municipais - o Gaepe-Mogi discutiu a **atualização dos protocolos sanitários** e também de medidas para evitar novos fechamentos de escolas, visando também a compatibilizar as diretrizes municipais com aquelas adotadas nos demais entes federativos.

No segundo semestre do ano, o Gaepe-Mogi iniciou um trabalho de revisão dos critérios adotados pelo Município para **atendimento em creches**. Baseando-se no levantamento feito pelo Gaepe-RO acerca das prioridades legais e constitucionais, as reuniões de outubro/2022 e novembro/2022 dedicaram-se a buscar a compatibilização entre os critérios de priorização atualmente adotados nos Decretos Municipais n. 10.964/11 e 11.237/11. Entendeu-se pela atualização de tais atos normativos para incluir expressamente a prioridade de oferecimento de vagas em creche para crianças portadoras de deficiência e para filhos de mulheres vítimas de violência doméstica.



The screenshot shows the website of the Prefeitura de Mogi das Cruzes. The header includes the city logo and name, navigation links for 'INSTITUCIONAL', 'EDUCAÇÃO EM MOGI', and 'TRANSPARÊNCIA', and a 'SERVIDOR SME' button. The main content area features a large heading 'Protocolo de segurança sanitária nas escolas' next to a video player showing a child wearing a face mask. To the right, there is a section titled 'Materiais essenciais para os cuidados com a pandemia' containing a list of documents:

- PROTOCOLO DE SEGURANÇA SANITÁRIA NAS ESCOLAS DE MOGI DAS CRUZES (ATUALIZADO EM 08/06/2022)
- COMPLEMENTO AO PROTOCOLO DE SEGURANÇA SANITÁRIA NAS ESCOLAS DE MOGI DAS CRUZES
- PLACAS PARA SINALIZAÇÃO DE ACORDO COM O PROTOCOLO SANITÁRIO
- RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS NA MODALIDADE HÍBRIDA
- PARECER DE INFORMAÇÕES SOBRE O RETORNO LETIVO HÍBRIDO
- PROTOCOLO DE SEGURANÇA SANITÁRIA NAS ESCOLAS DE MOGI DAS CRUZES
- CHECKLIST DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO PROTOCOLO SANITÁRIO DE MOGI DAS CRUZES
- ORIENTAÇÃO QUANTO AOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS

Transporte escolar foi um dos desafios estruturais debatidos ao longo de 2022. Houve aumento da demanda por parte da população, com o risco de ampliação da judicialização dos casos, uma vez que a regra de atender com esse serviço os estudantes que moram a dois quilômetros ou mais da escola parece não estar sendo suficiente - em especial para crianças com deficiência e de áreas rurais. A Governança discutiu caminhos para propor soluções, entre eles, um levantamento das ações judiciais para que possam melhor dialogar a Secretaria Municipal de Educação, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. Houve também uma articulação entre tais instituições para tentar reduzir a judicialização sobre o tema, após o diagnóstico de que a judicialização do transporte escolar, especialmente acerca da educação inclusiva, poderia ser solucionada por ajustes simples na política pública, como a mudança pontual na rota do transporte escolar.

GAEPE Mogi discute estratégias para ampliar vacinação contra a pólio e outras doenças

Por Grazielly Maciel 23 de setembro de 2022



O Gaepe-Mogi também apresentou preocupação com os baixos índices de **vacinação infantil** - não somente contra o coronavírus, mas em relação às vacinas já previstas no calendário vacinal, algo que tem ocorrido em todo o país. A Governança discutiu caminhos para ampliar a cobertura de vacinas como a da poliomielite. Dentre as ações, foi proposto que equipes de saúde visitassem escolas, em especial as de área rural, para promover maior conscientização e fazer das unidades de educação pólos de apoio.

Por fim, da mesma forma que o realizado nos demais Gaepes, o Gaepe-Mogi se articulou com o Ministério da Educação e com a Secretaria Municipal de Educação para identificar as escolas que possuíam pendências no **PDDE-Campo de 2019 e no PDDE-Água de 2020** e assegurar o repasse dos recursos a tais escolas. Ao todo, o Município de Mogi das Cruzes possuía cinco escolas pendentes de envio de documentação e atualização de dados cadastrais para recebimento destes recursos (uma destas escolas possuía pendências para os dois programas). A articulação possibilitou o destravamento dos recursos e seu imediato repasse às escolas.

Gaepe-Mogi na mídia

Com vacinação de crianças em andamento, aulas presenciais têm início para 154 mil alunos



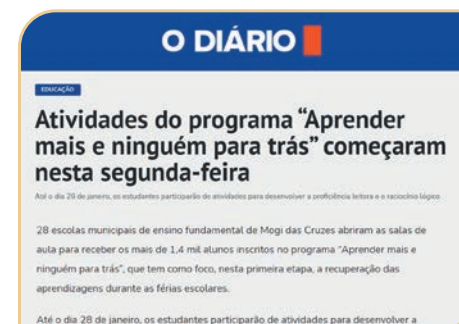
Gaepe-Mogi destaca os avanços conquistados em 2022



Gaepe destaca os avanços conquistados em 2022



Atividades do programa "Aprender mais e ninguém para trás" começaram nesta segunda-feira





RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022



Articule



GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA EFETIVIDADE DA
POLÍTICA DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO

Sobre o Gaepe-MT

O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação (Gaepe) do Estado do Mato Grosso foi instalado, em outubro de 2022, como uma estratégia para propor soluções realistas e eficazes para a Educação naquele Estado. A iniciativa tem como anfitrião o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT).

Membros

Quem participa do Gaepe-MT

- » Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - AL-MT
- » Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM-MT
- » Colegiado Estadual de Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Mato Grosso - COEGEMAS/MT
- » Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Mato Grosso COSEMS/MT
- » Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso - CEE/MT
- » Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - DPE-MT
- » Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso - MPC/MT
- » Procuradoria Geral de Justiça de MT - PGJ-MT
- » Secretaria de Estado da Educação - SEDUC-MT
- » Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE-MT
- » Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - TJ/MT
- » União das Câmaras Municipais de Mato Grosso - UNCMAT-MT
- » União dos Dirigentes Municipais de Educação -UNDIME/MT - Região Centro-Oeste
- » União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME/MT
- » Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

2022 em números

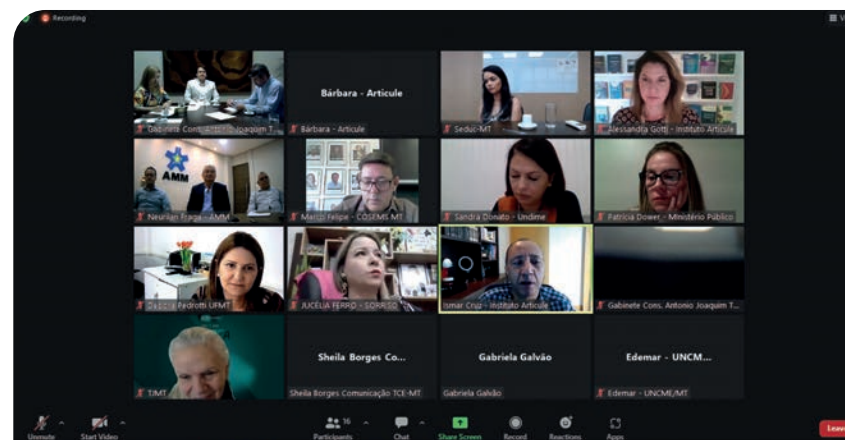
02 reuniões

07 temas de destaque

1. Educação Infantil
2. Planos de Educação
3. Recomposição de Aprendizagem
4. Busca Ativa Escolar
5. Transporte Escolar
6. Formação continuada e valorização do magistério
7. Educação inclusiva

Gaepe-MT: o mais novo Gaepe brasileiro

O Gaepe-MT é a mais recente Governança do gênero criada até o momento. Tendo como anfitrião o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, o Gabinete realizou duas reuniões para alinhamento de suas pautas em 2022.



A Governança repete a estratégia da formação de grupos de trabalho, já adotada no Gaepe-Arquipélago do Marajó e no Gaepe-Mogi. Até o momento, foram elencadas sete pautas prioritárias a serem trabalhadas, cada qual constituirá um grupo de trabalho específico, sem prejuízo da inclusão de outros temas relevantes nas pautas do próximo ano: Educação infantil; Planos de Educação (Municipal, Estadual Decenal); Recomposição da Aprendizagem; Busca Ativa Escolar; Transporte Escolar; Formação Continuada e Valorização do Magistério; e Educação Inclusiva.

Também foram definidos, ainda neste ano, os primeiros passos da Governança para 2023: o levantamento da realidade da judicialização da educação infantil em Mato Grosso, o mapeamento da demanda e da oferta com disponibilização das informações ao público, o monitoramento dos planos municipais de educação e o levantamento das ações já realizadas acerca da recomposição de aprendizagem.

Gaepe-MT na mídia

[Instituições firmam parceria por melhorias na educação estadual](#)



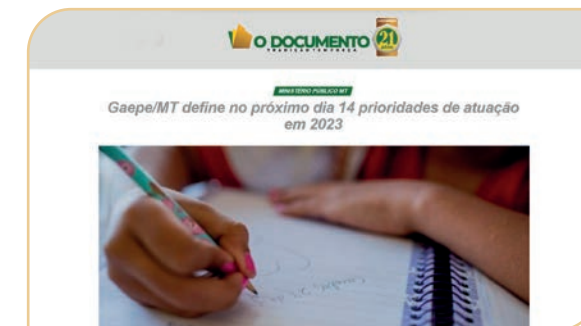
[Gabinete de Articulação para Efetivação das Políticas de Educação é instalado em MT](#)



[TCE-MT garante efetividade em políticas de acesso e permanência de crianças na escola](#)



[Gaepe/MT define no próximo dia 14 prioridades de atuação em 2023](#)





Article

www.article.org.br

